



Resumo Semanal

Ano 1 – Número 56 – 20/08 à 24/08/2018

Destaque da Semana

[Julgamento sobre terceirização será retomado na sessão plenária da próxima quarta-feira \(29\)](#)

Supremo Tribunal Federal - 23/08/2018

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, nesta quinta-feira (23), deu sequência ao julgamento conjunto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252, com repercussão geral reconhecida, que discutem a licitude da terceirização. Votaram na sessão de hoje os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Rosa Weber, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski. Até o momento, há quatro votos a favor da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, inclusive nas atividades-fim, e três contrários a esse entendimento. O julgamento será retomado na próxima quarta-feira (29).

Na sessão de ontem (22), o ministro Luís Roberto Barroso, relator da ADPF 324, e o ministro Luiz Fux, relator do RE 958252, manifestaram-se a favor da licitude da terceirização em qualquer atividade desempenhada pela empresa, seja meio ou fim. Para o ministro Barroso, as restrições que vêm sendo impostas pela Justiça do Trabalho violam os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da segurança jurídica. Na mesma linha, o ministro Luiz Fux afirmou que a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que veda a terceirização nas atividades-fim, é uma intervenção imotivada na liberdade jurídica de contratar sem restrição.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

[Sindicato pode atuar na fase de execução em nome de seus representados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/08/2018

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou o Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo (SEEVISSP) legítimo para executar os valores reconhecidos em favor de seus representados em ação coletiva movida contra a Lógica Segurança e Vigilância Ltda. e o Município de São Paulo. A ministra Kátia Magalhães Arruda, relatora do recurso, citou precedente (RE-210.029) em que o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu que a legitimidade dos sindicatos é ampla e abrange a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos trabalhadores.

[Cancelamento de contratação resulta em indenização a candidato a emprego](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2018

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (Lojas Centauro), de Blumenau (SC), a indenizar um candidato que, depois de submetido a processo de seleção e aprovado, não foi contratado. Segundo o relator, ministro Douglas Alencar Rodrigues, houve uma frustração da legítima expectativa de contratação, resultando em dano pré-contratual.

[Justa causa aplicada a bancário é válida mesmo durante auxílio-doença](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2018

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho considerou válida a dispensa por justa causa aplicada pelo Banco do Brasil S.A. a um escriturário no período em que ele estava afastado do serviço por doença. Segundo os ministros, a suspensão contratual durante o auxílio previdenciário não impede os efeitos imediatos da rescisão por falta grave cometida antes ou durante o afastamento.

[Exigência de depósito prévio para custeio de perícia é ilegal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2018

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho cassou a ordem de antecipação de honorários periciais a serem pagas pela Arosuco Aromas e Sucos Ltda., de Manaus (AM). A decisão seguiu a jurisprudência do TST ([OJ 98 da SDI-2](#)) e a Reforma Trabalhista ([Lei 13.467/2017](#) - parágrafo 3º ao artigo 790-B da CLT).

[Motorista receberá adicional de periculosidade por abastecimento de empilhadeira](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/08/2018

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Refrigerantes do Triângulo Ltda., de Uberlândia (MG), a pagar adicional de periculosidade a um motorista de empilhadeira relativo ao período de abastecimento da máquina. Para a Turma, havia exposição rotineira e intermitente do empregado em área de risco.

[País registra 47,3 mil novas vagas em julho](#)

Ministério do Trabalho - 22/08/2018

O emprego formal no Brasil teve expansão no mês de julho, com a abertura de 47.319 novos postos de trabalho, uma variação de +0,12% em relação ao estoque de empregos do mês anterior. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta quarta-feira (22) pelo Ministério do Trabalho (MTb). A alta no emprego formal em julho foi resultado de 1.219.187 admissões e 1.171.868 desligamentos. A maior expansão foi dos setores de Agropecuária (17.455 postos), Serviços (14.548 postos) e Construção Civil (10.063 postos).

[Ministério abre consulta pública sobre futuro do trabalho](#)

Ministério do Trabalho - 22/08/2018

O Ministério do Trabalho criou o e-mail institucional futurodotrabalho@mte.gov.br para receber contribuições dos brasileiros sobre o futuro do trabalho. Essa é uma das iniciativas do Comitê de Estudos Avançados Sobre o Futuro do Trabalho, que tem o objetivo de abrir diálogo direto com a população sobre o tema. O anúncio foi feito pelo ministro do Trabalho, Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, durante reunião extraordinária do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), ocorrida nesta quarta-feira (22).

[Fórum discute impactos da reforma trabalhista](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/08/2018

Representantes de 28 entidades e instituições participaram, nesta quinta-feira (23), de reunião do Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS). O encontro ocorreu na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), em Brasília, e discutiu os impactos da reforma trabalhista e as estratégias de atuação interinstitucional.

[Procurador do MPT defende a criminalização do assédio moral](#)

Ministério Público do Trabalho – 22/08/2018

Propostas de criminalização do assédio moral no trabalho foram debatidas nesta quarta-feira (23) pela Comissão Senado do Futuro (CSF). A audiência pública fez parte do ciclo de debates 2022: O Brasil que queremos, voltado à discussão de medidas para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico brasileiro até o ano em que se comemora o bicentenário da independência do país.

[Em audiência no Senado, Auditor-Fiscal do Trabalho defende penalização do assédio moral](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 23/08/2018

O Auditor-Fiscal do Trabalho João Paulo Ferreira Machado defendeu a penalização administrativa de quem comete assédio moral e do empregador, em audiência pública nesta quarta-feira, 22 de agosto, na Comissão Senado do Futuro – CSF. Para ele, o tema carece de normatização nas esferas trabalhista e penal. “Não há previsão de autuação específica do assédio moral. É necessário avançar na penalização administrativa do assediador e do empregador.” Propostas de criminalização do assédio moral no trabalho também estiveram em discussão.

[Em artigo, Auditor-Fiscal do Trabalho aborda jornada insalubre, reforma trabalhista e papel da fiscalização](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 20/08/2018

O Auditor-Fiscal do Trabalho Cléber Amorim Júnior aborda, em artigo, o papel da Inspeção do Trabalho em face do atual regramento acerca da sobrejornada em ambientes insalubres depois da reforma trabalhista. Leia [aqui](#) a íntegra do artigo “O TRABALHO INSALUBRE APÓS A REFORMA TRABALHISTA: inspeção do trabalho e sua autorização para as sobrejornadas”.

[eSocial registra o ingresso de 1 milhão de empregadores](#)

Portal eSocial – 21/08/2018

O eSocial está sendo implantado desde o primeiro semestre deste ano contemplando 5 fases. No primeiro momento foi a vez das empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões anuais, que passaram a ter a utilização obrigatória do programa a partir de 8 de janeiro de 2018. Esse grupo é constituído de 13.707 mil empresas e cerca de 15 milhões de trabalhadores, o que representa aproximadamente 1/3 do total de trabalhadores do País.

Atos Normativos

[ATO DECLARATÓRIO SIT N.º 17, DE 15 DE AGOSTO DE 2018](#) (DOU de 20/08/2018 Seção I Pág. 76) - Cancela o precedente administrativo n.º 91;

[CIRCULAR CEF N.º 819, DE 20 DE AGOSTO DE 2018](#) (DOU de 22/08/2018 Seção I Pág. 18) - Aprova e divulga alteração no cronograma de implantação do eSocial.



QUEIROZ NETO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Responsável Técnico
Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto
OAB-DF 14.823

(61) 98135-1818
✉ clovis@queirozneto.adv.br
🌐 queirozneto.adv.br

(61) 3039-1818
📍 SHN Quadra 1 Bl. D - Ed. Fusion
CEP: 70701-040 - Brasília-DF